



**SINDUSCON-AM**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

**newsletter** | Edição 1  
Ano 1  
Janeiro

26/01/2017

**acrítica**

**HABITAÇÃO POPULAR**

# MCMV deve ter novos limites

Presidente vai anunciar revisão do programa habitacional para fevereiro, como limite de renda e valores

BRASÍLIA (AE) - O presidente Michel Temer estuda ampliar para R\$ 9 mil o limite de renda mensal de famílias que podem ter um imóvel com os juros mais baixos do programa Minha Casa Minha Vida. Atualmente, o teto da faixa 3 do programa de habitação popular é de R\$ 6,5 mil.

O governo deve também ampliar os preços dos imóveis enquadrados no programa em torno de R\$ 25 mil. Dessa forma, o preço máximo dos imóveis do MCMV, que vale para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, deve passar de R\$ 225 mil para R\$ 250 mil.

Essas duas mudanças fazem parte de um "upgrade" no programa de habitação popular, que está sendo estudado pelo governo Temer. Os detalhes devem ser fechados até o final da semana que vem. Segundo uma fonte a par das negociações, a ideia é revigorar o programa para enfrentar a nova realidade econômica. As últimas alterações desses valores tinham sido feitas em 2015, quando a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou a terceira etapa do programa de habitação popular.

As novas regras devem ser



Tomaz Silva/Agência Brasil

O programa federal facilitar a conquista da casa própria a famílias de baixa renda

anunciadas em fevereiro para que o programa esteja rodando a todo vapor a partir de abril. "Vamos abrir uma nova faixa de brasileiros possam ter acesso ao programa", disse um integrante do governo. "Vamos dar mais subsídios nas faixas de juros para dar um empurrão maior no acesso aos imóveis e estimular mesmo a produção", completou, mas com "absoluta responsabilidade", ressaltou. Preocupado com a retomada

da economia, Temer aposta em um pacote de medidas para a construção civil para impulsionar a atividade, como antecipou o jornal O Estado de S. Paulo.

A indústria da construção apresentou ao Ministério do Planejamento um conjunto de ações que pode aumentar as contratações das faixas 2 e 3 do MCMV de 250 mil unidades para 400 mil unidades em 2017. O governo vai cobrar o setor o cumprimento des-

sas metas. A meta de construção da faixa 1 é de 170 mil unidades e da faixa 1,5 é de 40 mil unidades.

Pela proposta - que está sendo costurada pelos ministérios das Cidades e do Planejamento e Caixa - haverá um aumento nas rendas de todas as faixas do programa, exceto a faixa 1 (destinada a famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil). Para esse público, o governo chega a bancar até 90% do valor do imóvel, com subsídios. Na nova faixa 1,5, por exemplo, a renda deve subir para R\$ 2,6 mil - atualmente, apenas famílias com renda de até R\$ 2.350 podem ter direito ao subsídio de até R\$ 45 mil na aquisição de imóvel, de acordo com a localidade e a renda.

Ao mesmo tempo, os juros cobrados nos financiamentos do Minha Casa também devem subir. Para as famílias com renda de R\$ 9 mil, os juros devem ser de 9% ao ano. Atualmente, os juros cobrados para a faixa 3 são de 8,16% ao ano. Mesmo assim, eles continuarão mais baixos do que as taxas cobradas nos empréstimos à casa própria enquadrados no Sistema Financeiro Habitacional (SFH), que variam entre 11% e 13% ao ano.

# Meta de R\$ 800 mi ao mês

Jorge Jatahy assume a Sefaz com o desafio de equilibrar as contas do Estado e ter uma meta de arrecadação em meio à crise

**GEIZYARA BRANDÃO**

economia@acritica.com

O novo secretário de Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz-AM) Jorge Jatahy assumiu oficialmente o cargo na solenidade realizada ontem (25) no auditório do órgão ressaltando a missão de manter a receita tributária em R\$ 800 milhões mensais, o que corresponde a 52% de todo o orçamento do Estado. "Pretendemos que isso se mantenha durante o ano e que a gente tenha um crescimento. Nós trabalharemos para ter um aumento da arrecadação", disse Jatahy. O secretário assumiu a pasta com orçamento, oriundo da receita tributária do Amazonas, estimado em 8,357 bilhões para o ano de 2017.

O primeiro desafio enfatizado por Jatahy é o trabalho em conjunto com a Secretaria de Planejamento e a comissão de revisão de tributos com o objetivo de equalizar a tributação em alguns segmentos como na lei de incentivo, tributação de produtos que compõem a cesta básica. "A revisão dos incentivos fiscais para a Zona Franca, que é o principal elemento econômico de manutenção do Es-



O auditor fiscal Jorge Jatahy (ao centro) assume a vaga deixada por Afonso Lobo (de azul) que passou quatro anos no cargo

tado, é um trabalho de fôlego para equalizar nossa matriz industrial, ajustando distorções", afirmou.

Manter o estado com a saúde financeira regular e evoluir é o

objetivo do novo secretário da Sefaz-AM, diferente de outros Estados que sofreram com o atraso de pagamento, parcelamento de salários.

Ao fim do discurso de posse, o secretário da Sefaz-AM salientou que, como engenheiro civil por formação, é mais um executor. "Não sou de muitas palavras,

## Saiba mais

### >> Propostas

O presidente Sindicato dos Fazendeiros do Amazonas (Sifam), Emerson Queiroz, possui cinco propostas, com o objetivo de aumentar a arrecadação do Estado, para apresentar ao novo secretário e destaca duas medidas importantes como o reali-

nhamento do imposto sobre herança e criação do pólo de cobrança. "Todas as propostas colocam o servidor como responsável. [...] O realinhamento de alíquotas cobradas nas transições causa/morte ou herança e nas doações [...], a gente entende que é uma proposta viável".

as pessoas que trabalham comigo sabem que eu prefiro agir mais do que falar", encerrou.

De acordo com o ex-secretário, Afonso Lobo, houve um esforço sobre-humano para que as contas do Estado ficassem "em dia". Lobo destacou que nos últimos dois anos foram atípicos por conta da crise econômica. "No segundo semestre de 2014 para cá teve uma queda de 8,3%, isso requereu de toda a equipe da Secretaria de Fazenda um esforço sobre-humano para que nós conseguíssemos entregar os resultados que o Estado precisava. A maioria dos Estados brasileiros está em calamidade

financeira, isso se deve ao fato de que não tomaram as medidas de ajuste fiscal necessárias no momento certo. E olha que o Amazonas foi o Estado mais impactado pela queda da atividade econômica e pela arrecadação", esclareceu o ex-secretário.

Ajuste fiscal, redução do número de servidores de cargos comissionados e renegociação de contratos foram as medidas apontadas pelo ex-secretário para que o ano de 2016 finalizasse com as contas com tranquilidade. "O Amazonas é um ponto fora da curva da realidade nacional, como eu costumava dizer", enfatizou Lobo.

## **Jorge Jatahy assume Sefaz com revisão dos benefícios fiscais como prioridade**

O novo secretário também citou que a previsão de arrecadação do Amazonas é de R\$ 800 milhões por mês



Manaus – A revisão dos benefícios fiscais concedidos a empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) é a prioridade da gestão do novo secretário de Estado da Fazenda (Sefaz-AM), Jorge Jatahy, que assumiu a pasta oficialmente nesta quarta-feira (25).

“Temos uma revisão de incentivos fiscais a ser realizada. É o principal desafio a ser vencido”, disse Jorge Jatahy, em seu primeiro discurso como secretário de Fazenda à imprensa e a servidores da Sefaz-AM. Com o objetivo de revisar os benefícios concedidos a empresas instaladas no PIM, o Conselho de Recursos Fiscais (CRF) instalou uma comissão especial, no começo deste mês.

A comissão é composta por auditores da Sefaz-AM, por uma técnica da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplancti) e de dois procuradores da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Na primeira reunião da comissão, foram definidos o regimento interno assim como as diretrizes, que nortearão os trabalhos.

A expectativa é que, em 60 dias, o grupo apresente um relatório contendo sugestões de incentivos fiscais que devem ser revistos. O estudo servirá de base para a elaboração de um anteprojeto de lei, que regulamentará os benefícios concedidos pela Lei nº 2826/2003 em vigor até outubro de 2023.

“Temos essa revisão dos incentivos fiscais da Zona Franca que vai equalizar a nossa matriz industrial, ajustar distorções e fazer a justiça fiscal. Vamos tocar isso de forma prioritária”, afirmou o novo secretário de Fazenda.

Jatahy também citou que a previsão de arrecadação do Amazonas é de R\$ 800 milhões por mês e que há indicadores econômicos que mostram que a crise está chegando ao fim. Afirmou também que pretende modernizar a secretaria.

Lobo

Em seu discurso, o ex-secretário de Fazenda, Afonso Lobo, afirmou que a crise econômica, que afeta o Brasil há mais de dois anos, é uma das mais difíceis já enfrentadas por ele.

Lobo disse que saiu do cargo para seguir projetos pessoais e citou algumas ações feitas durante sua gestão, que durou quatro anos. Entre as ações, o ex-secretário citou a implantação da Nota Fiscal Amazonense, que aumentou a arrecadação do comércio local, assim como recursos extraordinários conseguidos como o apoio da PGE, que chegaram a R\$ 1,25 bilhão em 2016.

## **Afonso Lobo foi exonerado pelo governador no último dia 23.**

A exoneração de Afonso Lobo já era esperada no primeiro escalão do governo e no meio político pelo desgaste que causou à gestão de José Melo, no final do ano passado, após as denúncias da Rede Diário do Comunicação (RDC). O secretário é sócio de uma empresa de perfumaria que obteve incentivos fiscais quando já estava ocupando a pasta e seus ex-sócios têm contratos de fornecimento de medicamentos para o Estado.

O governo temia enfrentar mais um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Sefaz, que chegou a ser denominada da 'CPI da Santo Remédio'. Dias antes, a Assembleia Legislativa do Estado (ALE) já havia obtido assinaturas para abrir a CPI da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam).

Um requerimento convocando Afonso Lobo na ALE foi apresentado pelo deputado estadual Bosco Saraiva (PSDB), no dia 21 de dezembro, para prestar esclarecimentos sobre sua proximidade com a empresa Tapajós Medicamentos, que é fornecedora do Estado e faturou, desde 2010, R\$ 36 milhões em negócios com o governo do Estado. Era o primeiro passo para a instalação da 'CPI da Santo Remédio', em alusão à rede de farmácias controlada pelas empresas de ex-sócios de Lobo.

## Jatahy tem missão na Sefaz



A revisão dos incentivos fiscais da ZFM (Zona Franca de Manaus), na esfera estadual, é a principal missão do novo secretário da Fazenda, Jorge Jatahy. Os desafios não param por aí, além de manter uma arrecadação mensal de R\$ 800 milhões que corresponde a 52% do orçamento do Estado do Amazonas, o novo titular da Sefaz-AM (Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas) também deverá buscar novas fontes de receita para poder equilibrar as despesas do Estado. Mas, substituir o ex-secretário Afonso Lobo, será uma tarefa árdua, segundo Jatahy em seu discurso de posse, na manhã de quarta-feira (25). Já Lobo se despediu do cargo com o sentimento de missão cumprida. A solenidade de posse foi realizada no auditório do órgão, localizado na av. André Araújo, 150 - bairro Aleixo, zona Centro-Sul de Manaus.

O novo titular da Sefaz-AM, foi nomeado pelo governador José Melo, conforme Diário Oficial do dia 23 de janeiro de 2017. Em seu primeiro pronunciamento agora como secretário de Fazenda, Jorge Jatahy, ratificou os projetos em curso e as principais determinações que devem nortear os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria da Fazenda amazonense, durante sua gestão. "Eu tenho a missão árdua que é substituir o doutor Afonso Lobo. Além disso, tenho a missão delegada pelo governador que é a revisão dos incentivos fiscais da Zona Franca, o principal elemento econômico de manutenção desse Estado", destacou.

Para Jatahy a prioridade é ajustar as distorções e fazer justiça fiscal com objetivo de aumentar a arrecadação do Estado, sem ter a necessidade de decretar estado de calamidade financeira, como vem ocorrendo nos Estados do sul e sudeste do país. "É um trabalho de fôlego para equalizar a nossa matriz industrial, ajustando distorções e fazendo a verdadeira justiça fiscal. Além disso, nós temos que buscar novas fontes de receita para poder fazer frente às enormes despesas que o Estado tem. A nossa previsão de arrecadação tributária é de R\$ 800 milhões/mês, isso corresponde a 52% de todo o orçamento do Estado", frisou.

De acordo com o ex-secretário, Afonso Lobo, a nomeação de seu sucessor aconteceu naturalmente, no momento em que o Estado está com suas contas organizadas e coincidindo com sua vontade de se dedicar à família, após quatro anos dedicados à Sefaz-AM. "Eu saio com a consciência do dever cumprido. Fiz o meu trabalho, no qual, foram anos de muitas dificuldades. Do segundo semestre de 2014 até agora a economia brasileira já registrou um recuo de mais de 8% na sua atividade econômica. Isso requereu de todos nós, servidores da Fazenda, e no meu caso em particular muito esforço, muita criatividade, por isso eu acredito que deixo o cargo maior profissionalmente", disse.

Afonso Lobo fez um breve relato das conquistas obtidas ao longo do período em que esteve à frente da pasta, período de instabilidade política que resultou na maior crise econômica registrada na história do Brasil. "Essa crise me possibilitou crescer profissionalmente e pessoalmente. Também foi um momento desafiador em que conseguimos manter os compromissos do Estado em dia num cenário em que a maioria absoluta dos Estados anuncia dificuldades financeiras", salientou. Segundo Lobo alguns Estados com economia muito maior e mais desenvolvida que a do Amazonas vem decretando estado de calamidade financeira. "Deixando de pagar a folha dos servidores, dos aposentados. Até dívidas com a União e organismos multilaterais ficaram a pagar. Para se ter uma ideia do tamanho do problema, tem Estados da federação que neste instante não pagam crédito consignado, aquele que é retido do servidor e que deveria repassar para as instituições financeiras", alertou.

Para finalizar, o ex-secretário da Fazenda agradeceu a todos os presentes, desejando sucesso ao seu sucessor. "Graças ao bom Deus o Amazonas passou longe dessa realidade que aflige esses Estados. E tenho certeza que o doutor Jorge Jatahy vai dar seguimento a esse trabalho que foi feito, durante a minha gestão, inclusive com a participação dele", concluiu o ex-secretário da Fazenda.

Na ocasião, o secretário da Seplan-CTI (Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação), Thomaz Nogueira, exaltou o trabalho que vem sendo realizado pela Sefaz-AM, mesmo parecendo obrigação, foi um dos poucos Estados que vem cumprindo com suas obrigações. "O Estado do Amazonas perdeu mais do que os outros Estados. Qualquer mensuração que se faça nos permite olhar para o futuro com muito otimismo. Sempre é um desafio, na Secretaria de Fazenda, porque aqui quando o país vai bem nós vamos bem, mas quando o país vai mal nós vamos muito pior, isto porque aqui nós não produzimos gêneros de primeira necessidade", observou.

O presidente do Sifam (Sindicado dos Fazendários do Amazonas), Emerson Queirós, entre os cumprimentos, aproveitou para entregar um documento contendo uma lista de seis propostas que visam aumentar a arrecadação tributária do Estado e melhorar as condições da categoria. "Duas das propostas visam o realinhamento da alíquota do imposto sobre herança e doações que o Estado do Amazonas cobra apenas 2%, enquanto a média nacional é 4,26% e outra é a criação do polo de cobrança administrativa amigável, que visa essencialmente cobrar os tributos devidos antes que virem dívida ativa", informou. A intenção é diminuir a inadimplência e fomentar a arrecadação para o erário estadual.

A solenidade de posse do novo secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, foi realizada na manhã de quarta-feira (25), no auditório da Sefaz-AM com endereço na av. André Araújo, 150 - Aleixo, Zona centro-sul de Manaus. Contou com a presença de autoridades estaduais, servidores públicos fazendários, familiares e amigos. Na ocasião, o ex-secretário e o atual concederam entrevista coletiva à imprensa local.

26/01/2017 às 05h00

## Lava-Jato teme por apurações no MP paulista

Investigadores da Operação Lava-Jato reconhecem, reservadamente, um temor de que os indícios de irregularidades em contratos da Odebrecht com as administrações municipal e estadual de São Paulo, revelados por delatores do grupo, não sejam investigados a fundo pelo Ministério Público estadual paulista (MP-SP). Além das delações, o acordo de leniência do conglomerado também levará a novas investigações de competência estadual para apurar desvios em obras de rodovias, saneamento e de construção de estádios de futebol.

Há ainda o receio de que não ocorra o aprofundamento de apurações que serão derivadas dos novos depoimentos de delatores da Camargo Corrêa - que terão seus relatos atualizados, já que fatos revelados pela Odebrecht indicam que a Camargo omitiu crimes sobre os quais tinha conhecimento.

Entre as investigações estaduais mencionadas por integrantes das equipes da Lava-Jato está a da Linha 15-Prata do metrô de São Paulo, que surgiu em planilha que sugere corrupção em 746 obras públicas em todo o país, apreendida com o doleiro e delator Alberto Youssef.

Em outubro de 2015, a Promotoria do Patrimônio Público e Social de São Paulo arquivou o inquérito civil sobre o metrô.

O arquivamento teve repercussão negativa e, um mês depois, o Conselho Superior do MP-SP determinou a reabertura do inquérito, considerando "a necessidade" de se realizar novas diligências para "esclarecer se os contratos firmados são regulares". Reaberta, a investigação ainda não avançou.

Outro desdobramento da Lava-Jato engavetado foi o de supostos pagamentos de propinas na obra da Arena Corinthians, estádio do time paulistano construído pela Odebrecht para a abertura da Copa do Mundo no Brasil.

Em março de 2015 ele foi arquivado pela promotoria, que concluiu não existirem "indicações de prejuízo ao patrimônio público".

A investigação sobre a arena poderá ser reaberta, porque teria envolvido pagamento de propina, segundo delatores da Odebrecht.

Em outro caso, não relacionado à Lava-Jato, o MP-SP ofereceu, até março de 2016, oito denúncias contra executivos de empresas e agentes públicos acusados de cartel e fraude em licitações no Metrô e em trens de São Paulo. As acusações tornaram-se ações penais que se arrastam na Justiça estadual paulista. Uma das denúncias criou conflito de competência sobre qual vara instruirá o processo, que terá de ser resolvido pelo Tribunal de Justiça em prazo não definido.

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, discorda que investigações desdobradas da Lava-Jato ou de outras que envolvam agentes públicos avancem com dificuldade.

"Eu não vejo nenhuma dificuldade. O que temos aqui são procedimentos que podem ser tocados, mas que dependem da coleta de dados feita pelos investigadores da Lava-Jato. E esses dados ainda não foram compartilhados conosco".

Segundo Smanio, uma força-tarefa de promotores paulistas poderá ser constituída para cuidar das investigações abertas pelas delações da Odebrecht.

"Nós vamos analisar todos os casos. E montar um grupo de promotores para isso, se for necessário".

Já para o subprocurador-geral de Justiça para Políticas Criminais, Mario Luiz Sarrubo, a demora para que investigações desdobradas de procedimentos federais avancem é reflexo da falta de estrutura da Justiça estadual para esses casos.

"Falta-nos verba, estrutura, pessoal. E a nossa atribuição é muito maior que a do Ministério Público Federal. Eles têm um décimo da demanda de trabalho que temos aqui [em São Paulo]", justifica o subprocurador.



Sarrubo também rechaça críticas decorrentes do fato de o PSDB governar o Estado há quase 22 anos - frequentemente relacionado à uma suposta condescendência do MP-SP na apuração de denúncias de corrupção envolvendo órgãos e empresas do governo.

"De modo algum, não tem nada disso, absolutamente. Quem diz isso não conhece o nosso trabalho. Somos todos promotores, investigamos o que for preciso. Estamos investigando o Rodoanel, que é obra do governo paulista, as irregularidades do caso Siemens no âmbito da improbidade administrativa [na esfera cível]. Durmo muito tranquilo com relação a isso", garante Sarrubo.

Promotores de Justiça criminal ouvidos pela reportagem sob condição de anonimato alegam que falta ao Judiciário paulista varas especializadas para processar delitos que envolvam formação de cartel e lavagem de dinheiro.

"Na área federal há varas especializadas em lavagem, como a 2ª e 6ª varas aqui em São Paulo e a 13ª em Curitiba, onde atua o Sergio Moro. Sem elas, os processos também estão mais sujeitos à prescrição [que ocorre quando o Estado perde o direito de acionar judicialmente por excesso de tempo]", avalia um promotor.

O **Valor** procurou o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, para ouvi-lo sobre as alegadas falta de especialização e lentidão do judiciário paulista para atuar em crimes financeiros. A assessoria de imprensa da Corte informou que ele estava em viagem e não poderia ser localizado.

Mercado			
Bolsa +5 -5 Moedas			
Moeda	Compra	Venda	Varição
Dólar Comercial	3,1772	3,1778	↑ +0,33%
Dólar Ptax - Bacen	3,1758	3,1764	↑ +0,23%
Dólar Turismo	3,1100	3,3000	↑ +0,00%
Euro Comercial	3,4087	3,4094	↑ +0,17%
Euro x Dólar - Bacen	1,0731	1,0733	↑ +0,05%
Euro Turismo	3,3400	3,5600	↑ +0,14%

# Saque de contas inativas reduzirá lucro do FGTS

Por Edna Simão | De Brasília



O saque das contas inativas deve reduzir em até R\$ 1,5 bilhão o lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) neste ano, segundo estimativa do secretário-executivo do Conselho Curador do fundo, Bolivar Moura Neto. Com isso, o resultado positivo deverá fechar o ano entre R\$ 7,5 bilhões e R\$ 8 bilhões. A previsão anterior era de um resultado de R\$ 9 bilhões.



Moura Neto, do FGTS: "Os saques não comprometem as aplicações do fundo"

"O impacto depende muito do cronograma, mas deve ficar entre R\$ 1 bilhão ou R\$ 1,5 bilhão", afirmou Moura Neto. Em 2016, o fundo de garantia encerrou o ano com um lucro em torno de R\$ 15 bilhões. A forte diminuição da performance de 2016 para 2017 está mais relacionada à queda da taxa básica de juros, a taxa Selic, esperada para este ano.

No fim do ano passado, o governo federal anunciou uma série de medidas para ajudar na redução do endividamento das famílias e, conseqüentemente, estimular o consumo e a retomada da economia brasileira.

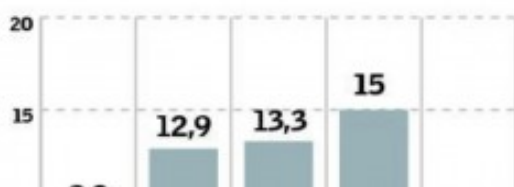
Dentre as iniciativas estão o saque de contas inativas existentes até dezembro de 2015; a distribuição do lucro para os cotistas e a eliminação gradual da alíquota adicional de 10% cobrada do empregador em caso de demissão sem justa causa. A partir de 2018, o resultado do fundo também será afetado pela redução gradual da alíquota adicional cobrada do empregador. Por ano, essa cobrança extraordinária rende ao FGTS cerca de R\$ 5 bilhões.

Em entrevista ao **Valor**, Moura Neto disse que, mesmo com a redução do lucro, as medidas anunciadas não comprometem a saúde financeira do fundo. Ele rebateu as críticas feitas pelo setor da construção civil de que haverá redução de recursos para investimentos em habitação e infraestrutura. "O saque não compromete as aplicações do fundo. Ninguém tem o que reclamar. O FGTS deve ser o que mais aplica em habitação. Não faltam recursos para habitação", afirmou o secretário-executivo.

No caso do saque de conta inativa, o potencial de retirada do fundo pode chegar a R\$ 41 bilhões. Mas, na avaliação de Moura Neto, os saques não deverão ultrapassar R\$ 30 bilhões. Segundo ele, hoje, muitas pessoas já têm o direito de retirar o dinheiro - por aposentadoria ou ainda por ter conta inativa por mais de três anos - e não fizeram.

### Queda gradual

Lucro do FGTS - em R\$ bilhões



Por outro lado, há pessoas que têm contas inativas e não podem sacar o fundo. É o caso de Moura Neto. Professor universitário licenciado, sua conta do FGTS está inativa há muitos anos por ele estar trabalhando no governo. Assim, não tem direito a retirar o recurso, pois mantém o vínculo empregatício com a faculdade. "O contrato de trabalho

precisaria estar extinto", frisou, acrescentando que esse pode ser o motivo para muitos não sacarem os recursos.

Os pagamentos, como informa o governo, devem ter início em março e serão mais concentrados no primeiro semestre. A Caixa Econômica Federal está trabalhando no cronograma de pagamentos, que deve ser divulgado ainda neste mês.

Apesar de a medida reduzir o número de contas e o resultado, o secretário-executivo do conselho curador do FGTS acredita que o fundo pode ganhar em arrecadação ao ajudar na retomada da economia brasileira. Em 2016, mesmo com o aumento das demissões de trabalhadores, a arrecadação líquida deve ter encerrado o ano por volta dos R\$ 10 bilhões.

Para Moura Neto, a distribuição do lucro do fundo do governo é a melhor alternativa para elevar a rentabilidade. Isso porque propostas que tramitam no Congresso Nacional, e que simplesmente elevam a remuneração, poderiam causar um descasamento entre ativos e passivos, o que poderia prejudicar as contas do fundo.

Segundo a justificativa para a edição da Medida Provisória (MP) 763, que trata da distribuição do lucro e da permissão de saque de saldos de contas inativas até fim de 2015, "estudos recentes demonstram que destinar 50% do resultado alcançado pelo fundo aos detentores de contas vinculadas não traria riscos à liquidez ou ao seu desenvolvimento de médio e longo prazo, mas permitiria uma elevação da rentabilidade média das contas de 3,7% ao para 5,5% ao ano, sem impor qualquer ônus às taxas de aplicação do FGTS".

Recentemente, a assessoria de imprensa da Caixa informou ao **Valor** que a ideia é divulgar até o fim do primeiro trimestre o resultado do FGTS para que a distribuição do lucro seja realizada.

Para o secretário-executivo, um dos desafios do FGTS hoje é conseguir liberar todo o orçamento aprovado para as áreas de saneamento básico. Como esse recurso dificilmente é liberado, o dinheiro acaba sendo aplicado em títulos públicos, o que tem ajudado no aumento da lucratividade do FGTS. Mas Moura Neto ressalta que esse não é objetivo. O desejo é aplicar integralmente os recursos, o que não tem sido fácil, devido à falta de capacidade de pagamento dos Estados.

Outro ponto que pesa na lucratividade do fundo, porém negativamente, é o pagamento de subsídios para viabilizar os descontos nos preços dos imóveis para as famílias de menor renda. Em 2016, foram reservados R\$ 10 bilhões para subsídios. Para este ano, a previsão é de R\$ 9 bilhões.

Coluna Claro & Escuro : Ministro dá fim à novela do Monotrilho em Manaus (Notícias / Política)  
Confira as notas da Coluna Claro & Escuro, desta quinta-feira, dia 26 de janeiro, do DIÁRIO DO AMAZONAS

## Manaus

- O último capítulo da novela do Monotrilho, em Manaus, aconteceu no dia 6 de janeiro: o ministro das Cidades, Bruno Araújo, assinou um decreto enterrando de vez o projeto, que nunca saiu do papel e era previsto para estar rodando, no final de 2013. O Decreto do ministro cancelou qualquer possibilidade da ideia contar com linhas de crédito especiais do BNDES, o que na prática inviabiliza o projeto que chegou a ser estimado em R\$ 1,3 bilhão. O ministro tornou insubsistente a seleção da proposta 'Implementação do Monotrilho de Manaus' do Governo do Estado do Amazonas, em função da não continuidade no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pro-Transporte, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para fins de realocação dos recursos do programa. Já em 2012, o Governo do Amazonas jogou a toalha e avisou que a obra não sairia a tempo da Copa, mas falou em entregá-la primeiro em 2015, e depois em 2020. Porém, no ano seguinte, em 2013, a Justiça cancelou a licitação depois que um estudo da Controladoria Geral da União mostrou que a obra era inviável.

## Concorrência milionária

A Comissão Geral de Licitação do Estado publicou a milionária Concorrência nº 010/2017-CGL, para a construção de Centros Multifuncionais em Apuí, Boca do Acre, Humaitá e Parintins.

## Contratos da Amazonastur

Sobre inquérito do Ministério Público, a Amazonastur informou que suas contratações são feitas por meio de licitação e foram fiscalizadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

## Viagens da Casa Civil

A Casa Civil do Governo do Amazonas publicou contrato com a Uatumã Empreendimentos Turísticos, de R\$ 624 mil, para passagens aéreas, fluviais e terrestres.

## Setor da construção perde mais de 358 mil empregos formais em 2016

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, revelam que o setor da construção perdeu 358.679 empregos formais em 2016. Em dezembro foram 82.567 postos a menos no setor. O resultado, porém, mostra ritmo de perda de empregos formais inferior ao mesmo período do ano passado (-102.660), sendo o segundo pior resultado em percentual de redução do estoque para o mês de dezembro (-3,47%) desde 1992, só perdendo para o ano passado (-3,73%).

De acordo com a pesquisa, o setor registrou a maior perda de seu estoque em termos percentuais nas bases mensal, anual e 12 meses, e o terceiro em termos absolutos, perdendo para o setor de serviços (-157.654) e para a indústria de transformação (-130.599). Sendo o único setor econômico com dois dígitos (-13,48%) de variação negativa de seu estoque no ano de 2016. O estoque da construção, na série sem ajuste, em dezembro 2016 é de 2.299.912 (na mesma série já foi de 3.075.250 em dezembro de 2014).

Fonte: Sinduscon-DF



**SINDUSCON-AM**

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

# CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2017

## NÃO ESQUEÇA!

As empresas representadas pelo SINDUSCON-AM têm até o dia 31 de janeiro de 2017 para fazerem o recolhimento da Contribuição Sindical, sem multa.

Esta contribuição é **COMPULSÓRIA**, conforme descrito no Art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O não recolhimento no prazo prevê multa de 10% do valor principal no primeiro mês de atraso, com adicional de 2% nos meses subsequentes, além de juros e mora de 1% ao mês.

### Vantagens

- ✓ Representatividade na defesa dos interesses do setor;
- ✓ Orientações sobre a Convenção Coletiva de Trabalho;
- ✓ Assessorias Jurídica, Econômica, Fiscal, Relações do Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- ✓ Capacitações e Eventos nas áreas de:
  - *Segurança e Saúde do Trabalho;*
  - *Qualificação e Requalificação Profissional;*
  - *Qualidade e Produtividade;*
  - *Fiscal/Tributária;*
  - *Novas Tecnologias.*

**FORTALEÇA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL**



**SINDUSCON-AM**

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

Telefones: (92) 3622-1529 (92) 3622-6525

Site: [www.sinduscon-am.org.br](http://www.sinduscon-am.org.br)

e-mail: [administracao@sinduscon-am.org.br](mailto:administracao@sinduscon-am.org.br)